

O que indústria quer do Governo

Colocar à venda, em caráter imediato, todos os imóveis e ativos societários não utilizados diretamente nas atividades-fins do Estado;

Realinhar criteriosamente as tarifas e preços públicos que se encontram defasados;

Reduzir os efetivos de pessoal até atingir o máximo constitucional de gastos no limite de 65 por cento da arrecadação;

Proibir o início de qualquer obra ou programa de gastos, sem que haja recursos orçamentários correspondentes, e que não se destinem às áreas prioritárias de saúde, segurança e educação;

Assegurar a confiabilidade e a independência dos órgãos que aferem o indexador da economia;

Assegurar à Nação que títulos públicos serão honrados nos seus prazos de vencimentos e que a moeda não será aviltada; mediante rigoroso controle da expansão monetária;

Garantir gestão profissional para as empresas estatais produtivas, com determinação explícita para que sejam administrados seus débitos e déficits, sem aportes

ou socorro por parte do poder público;

Corrigir a política cambial e manter um alinhamento realista;

Garantir que os fundos sociais terão a sua aplicação restrita à finalidade para os quais foram criados.

Foram propostos, também, compromissos a serem assumidos pelo Congresso e pelo empresariado:

CONGRESSO

Fiscalização rigorosa do cumprimento das metas de austeridade propostas;

Não propor ou aprovar qualquer aumento de dispêndio global, além do que já consta no orçamento de 1989;

Assegurar o salário das classes trabalhadoras, nas faixas de menor renda, de forma a garantir seu poder aquisitivo;

EMPRESARIOS

Continuar investindo, com recursos próprios, para garantir o crescimento da atividade econômica e melhor distribuição de renda.